



Acta Scientiarum. Human and Social Sciences

ISSN: 1679-7361

eduem@uem.br

Universidade Estadual de Maringá

Brasil

Ribeiro, Ednaldo Aparecido
O elemento voluntarista na sociologia de Talcott Parsons
Acta Scientiarum. Human and Social Sciences, vol. 28, núm. 1, 2006, pp. 93-98
Universidade Estadual de Maringá
Maringá, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=307324792012>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

O elemento voluntarista na sociologia de Talcott Parsons

Ednaldo Aparecido Ribeiro

*Universidade Estadual de Maringá, Departamento de Ciências, Av. Reitor Zeferino Vaz, s/n, 87360-000, Jardim, Goioerê, Paraná, Brasil. *Autor para correspondência. e-mail: ednaldorib@yahoo.com.br*

RESUMO. O artigo discute as principais contribuições de Talcott Parsons para o pensamento sociológico contemporâneo, destacando as significativas diferenças existentes entre o seu estrutural-funcionalismo e as abordagens clássicas européias do século XIX. Pretende-se argumentar que, diferentemente das abordagens funcionalistas tradicionais, como a de Émile Durkheim, a sociologia estrutural-funcionalista parsoniana introduz um importante elemento voluntarista que rompe com a rígida determinação da estrutura sobre as individualidades na constituição do social.

Palavras-chave: sociologia parsoniana, voluntarismo, indivíduo.

ABSTRACT. *The voluntarist element in Talcott Parsons's sociology.* This article discusses Talcott Parsons's main contributions for the contemporary sociological thought, emphasizing the significant differences between structural-functionalism and the European classical approaches of the XIX century. The aim is to argue that, differently from the classical functionalist approaches, such as the one of Emile Durkheim, the parsonian structural-functionalism sociology introduces an important voluntarist element that breaks the rigid determination of the structure upon the individualities in the constitution of the social.

Key words: parsonian sociology, voluntarism, individual.

Apresentação

No início do século XX, em meio à crise internacional do capitalismo e entre as duas guerras mundiais, emerge na sociologia americana um autor que definia a si mesmo como um incurável teórico (Rocher, 1976). Apontado por admiradores e críticos como um dos principais pensadores de seu período, Talcott Parsons (1902-1979) foi um dos responsáveis por colocar a sociologia em um lugar de importância no meio acadêmico da sociedade norte-americana (Mayhen, 1982).

Trabalhando em um período histórico sob vários aspectos conturbado, esse pensador contraria a tendência seguida por seus contemporâneos e passa a dedicar todo seu esforço na fundação de uma base teórica consistente que pudesse conferir um status verdadeiramente científico à sociologia de seu país, até então marcada pelo empiricismo, dispersão e superficialidade.

Fortemente influenciado pelos sociólogos europeus, principalmente por Durkheim e Weber, estabelece como objetivo a construção de um aparato teórico-conceitual consistente o suficiente para delimitar um objeto e indicar os procedimentos necessários para o seu adequado estudo.

Apesar de inicialmente inspirado pelo modelo funcionalista durkheimiano, esse pesquisador norte-americano incorpora elementos novos que tornam sua formulação original e instigante, sobretudo pela importância que dedica à ação dos atores sociais na configuração do sistema social.

Na verdade, acreditamos que seja possível falar de um elemento voluntarista importante no interior da sociologia parsoniana, que a afasta de teorias sociais que submetem totalmente as individualidades à estrutura social.

Interessados por essa questão, no presente texto pretendemos explorar alguns detalhes deste equacionamento entre estrutura e ação individual. Nossa intenção é demonstrar que Parsons foi o responsável por uma interessante revisão dos postulados funcionalistas à luz das mudanças sociais e políticas ocorridas no período do pós-guerra.

Para atingir esse objetivo, dividimos o texto em duas partes fundamentais. Inicialmente, contextualizamos a obra deste sociólogo em seu momento histórico e no campo sociológico de seu país. Na sequência, por meio da exposição dos seus conceitos fundamentais, pretendemos identificar os elementos centrais que caracterizam essa dimensão voluntarista em sua teoria.

O contexto histórico e sociológico da produção parsoniana

É no período conturbado da década de 1930, marcado pela crise mundial do capitalismo e pelo tenso intervalo entre as duas grandes guerras, que Parsons inicia sua produção. Nos termos de Gouldner (1971), essa crise não se limitava ao ambiente econômico, atingindo também a política interna e externa com importantes fenômenos já ocorridos ou ainda em curso, como a Primeira Guerra Mundial, a Revolução Soviética, os vários movimentos nacionalistas e a emergência do fascismo.

A tragédia da guerra espalhada por toda a Europa parecia ser o golpe de misericórdia contra o ideal iluminista de emancipação e progresso pela razão. Como apontaram Adorno e Horkheimer em seu ensaio “Conceito de Iluminismo”, esse ideal de libertação e esclarecimento dava mostras evidentes de que estava se convertendo em uma razão técnica que escraviza o homem moderno, que obscurece ao invés de iluminar (Adorno e Horkheimer, 1999). A guerra explicitou que, ao invés de emancipação, a razão na sua forma técnico-científica estaria sendo utilizada para produzir a morte e subjugar o outro.

A Revolução Soviética, por sua vez, com a política expansionista comandada por Stalin, contribui para a disseminação de tensões entre as classes médias americanas e européias em razão da oposição entre EUA e URSS, que no futuro iriam deflagrar a chamada Guerra Fria (Hobsbawn, 1997).

Os diferentes movimentos nacionalistas começam a colocar em xeque importantes impérios internacionais, como o inglês na Ásia. O fascismo italiano e o nacional socialismo na Alemanha terminam de compor o quadro inquietante deste período.

Obviamente, essa conjuntura é vista de distintas maneiras por diferentes grupos ou personagens. Sob a ótica conservadora se trata de uma ameaça que pode produzir uma instabilidade e, no limite, a quebra da ordem social. Os radicais e revolucionários, por sua vez, viam essa situação como o momento ideal para produzir profundas mudanças necessárias ao estabelecimento de uma nova sociedade inspirada nos modelos comunistas, socialistas ou anarquistas.

É nesse contexto que a sociologia de Parsons emerge com a preocupação de responder à crise enfatizando a ordem social como fundamento para a estabilidade dos sistemas de interação entre os atores sociais (Mayhen, 1982). É impossível não estabelecer novamente uma ligação íntima entre esse sociólogo e seu colega francês Durkheim, já que esse último foi

motivado pelo mesmo ideal de superação da crise moral e política vivenciada pela Europa no final do século XIX (Aron, 1982).

A posição de Parsons é contundentemente crítica em relação às explicações marxistas, o que o leva a estabelecer contatos com a produção de autores europeus que já haviam produzido questionamentos interessantes ao modelo sociológico inspirado por Marx, em especial com a weberiana (Rocher, 1976).

Parsons acreditava ser possível um aperfeiçoamento gradual do capitalismo mundial, o qual reconhecia ser imperfeito. Para tanto, constrói uma teoria que enfatiza de maneira aguda o esforço individual e a ação ativa dos atores sociais. Ao invés da coesão social ser o resultado da existência de uma consciência coletiva durkheimiana, entende que os homens devidamente organizados poderiam estabelecer compromissos sociais conscientes e construir consensos que tornariam viável a composição de uma sociedade estável e produtiva.

Na verdade, essa proposta de compromissos sociais estabilizadores já estava sendo colocada em prática naquele momento e acabou gerando o grande pacto entre a classe trabalhadora, capitalistas e Estado que culminou na fundação do Estado de Bem-estar Social na primeira metade do século XX (Przeworski, 1989). Graças a tais acordos o papel do Estado é ampliado nos países capitalistas, o processo de desenvolvimento econômico e social foi retomado e alguns dos principais efeitos da crise de 1930 foram minimizados.

Esse aparelho estatal ampliado, com sua necessidade crescente de intervenção, passa a necessitar cada vez mais de informações qualificadas para agir, o que leva a um aumento significativo nos recursos destinados às universidades e centros de pesquisa. O interesse é voltado para pesquisas empíricas e teóricas que pudessem indicar direções interessantes para o poder público.

A nova organização estatal exigia principalmente uma concepção e explicação abrangente acerca da nova configuração social que emerge do contexto de crise. Seria necessária, portanto, uma ampla teoria que pudesse identificar os elementos que compõem essa sociedade de uma maneira geral e que possibilitasse a construção de um projeto de desenvolvimento consistente.

A sociologia parsoniana pretende satisfazer essa necessidade, pois ao identificar os elementos fundamentais que compõem a sociedade e os pré-requisitos básicos para a sua estabilidade, forneceria os elementos para o seu aperfeiçoamento.

O caminho identificado pelo autor consistia basicamente na compatibilização entre a escolha

individual e o consenso moral básico necessário à interação estável entre os atores que compõem a sociedade.

Neste sentido, se apresenta como uma proposta essencialmente conservadora, porém, essa ênfase na ordem não implica na ausência de espaço para a ação dos atores individuais. Com isso, traz os princípios da democracia liberal, com seus direitos civis e políticos fundamentais, para o interior de uma sociologia da integração e da ordem.

Se nos seus objetivos essa proposta sociológica é conservadora, na sua forma ela é essencialmente revolucionária. A sociologia de Parsons pode ser bem definida como uma revolução teórica em um ambiente intelectual dominado por uma tradição empirista nos EUA. Apesar de consideráveis diferenças internas, os sociólogos deste país se orientavam basicamente por uma negação da teoria (Rocher, 1976).

Podem ser identificados dois grupos de pesquisas neste momento anterior à Parsons. O primeiro pode ser resumido à famosa Escola de Chicago que possuía como características fundamentais a “[...] confiança na pesquisa sociológica e seu desejo de aplicar métodos cada vez mais rigorosos a um número cada vez maior de assuntos” (Rocher, 1976, p. 21). Além disso, marca esse grupo a inexistência de teoria ou doutrina comum, o fato de terem o ambiente urbano como foco de interesse e a atenção especial voltada aos aspectos conflituais ou patológicos (Rocher, 1976).

O segundo grupo de pesquisas empíricas é composto pelas chamadas grandes monografias. Ainda segundo Rocher (1976), o estudo mais celebrado do grupo foi o que W.L. Warner realizou junto a uma pequena cidade costeira da Nova Inglaterra. Apesar dos pesquisadores desse grupo não admitirem publicamente a possibilidade de generalização de suas conclusões obtidas em nível local para o nível nacional, em muitos momentos eram tentados a considerar suas monografias como representativas do estilo de vida americano (p. 22).

Praticadas nas universidades norte-americanas, essas modalidades de pesquisa sociológica demonstravam pouco interesse tanto pela história da sociologia quanto pelas idéias sociais, consideradas as “[...] como uma espécie de cultura supérflua [...]” (Rocher, 1976, p. 23).

Em meio a essa oposição à reflexão teórica, Talcott Parsons passa a afirmar a importância da mesma para o ordenamento da coleta e para a análise dos dados empíricos. Além de orientar o trabalho de campo, o trabalho teórico seria condição essencial para possibilitar a produção de generalizações tão

necessárias à compreensão da sociedade contemporânea.

Tendo brevemente contextualizado historicamente a proposição deste autor e indicado o quanto ela inova no ambiente sociológico de seu país, na próxima seção, passamos a explorar alguns detalhes de sua teoria social com o objetivo de destacar o que chamamos de voluntarismo ou ênfase na ação individual para a configuração dos sistemas sociais.

Voluntarismo e estrutura social

A teoria sistêmica desenvolvida por Parsons e alguns de seus discípulos acabou configurando o estrutural-funcionalismo, que juntamente com o positivismo e o funcionalismo clássico compõem um conjunto de teorias sociais enfatizadoras da ordem e da estabilidade (Gouldner, 1971).

Entretanto, como já apontamos anteriormente, esse autor se distanciou em alguns aspectos relevantes das teorias precedentes e, principalmente, inovou no que diz respeito à importância atribuída à ação voluntária e não condicionada dos atores. Sendo assim, seria interessante apresentar alguns pontos de aproximação e afastamento entre o estrutural-funcionalismo parsoniano e o funcionalismo clássico.

Em ambas as teorias, verificamos a clara existência de uma compreensão da sociedade como um complexo de ações individuais unificadas por uma cultura comum. Na obra de Durkheim, essa noção se torna explícita pela afirmação de que os valores morais estabelecem a coesão social por meio da sua função inibidora dos desejos individuais e dos fenômenos patológicos que poderiam conduzir a desintegração das sociedades.

A consciência coletiva, “[...] conjunto das crenças e dos sentimentos comuns à média dos membros de uma mesma sociedade forma um sistema determinado que tem sua vida própria [...]”, seria a responsável por orientar os indivíduos nos seus papéis e ações sociais e afirmaria os interesses da coletividade (Durkheim, 1973, p. 342). O controle das individualidades é considerado nesta formulação clássica como fundamental para a manutenção da ordem, combatendo a anomia e a crise.

Ainda que persista enfatizando a necessidade da ordem e seja reconhecidamente conservador, o ponto de ruptura fundamental promovido por Parsons é a inclusão de um elemento voluntarista no funcionalismo, entendendo a ação humana como uma variável importante para o complexo de interações que forma o sistema social. Em sua formulação, os homens agiriam de maneira

orientada e objetivando determinados fins, investindo recursos disponíveis e isso não poderia ser desconsiderado.

Essas ações não seriam totalmente pré-definidas e os atores sociais em suas interações diárias desempenhariam um papel ativo na formação dos valores comuns que os unificam e torna possível a organização social.

Diferentemente do que afirmavam os funcionalistas clássicos, no estrutural-funcionalismo norte-americano as normas morais ou sociais aparecem apenas como um dos elementos básicos de uma estrutura complexa que compõem o sistema de ação social. Para além deste elemento unificador, Parsons acredita ser necessário identificar os demais elementos ou variáveis que compõem as sociedades humanas por meio de uma perspectiva sociológica ampla.

Em uma tentativa de consolidar a sociologia como uma ciência rigorosa, Parsons estabelece como base de seu modelo teórico o conceito de *sistema*, muito empregado pelas chamadas ciências naturais. Para ele, “the interaction of individual actors, that is, takes place under such conditions that it is possible to treat such a process of interaction as a system in the scientific sense [...]”, e essa natureza peculiar possibilitaria a identificação de padrões de comportamento que seriam os responsáveis por formar as sociedades (Parsons, 1951, p. 3).

Essa definição, entretanto, não o aproxima dos pesquisadores comportamentalistas, pois seu objetivo não é analisar a manifestação externa das ações dos indivíduos em sociedade, mas “[...] sua padronização, seus produtos padronizados e significativos (físicos, culturais e outros), desde instrumentos até obras de arte, bem como nos mecanismos e processos que controlam essa padronização” (Parsons, 1969, p. 16).

As origens desta regularidade e padrão devem ser buscadas no nível subjetivo, ou seja, a atenção da sociologia deve ser voltada para as orientações que são partilhadas pelos indivíduos e que geram as ações. Neste ponto é evidente a adoção do pressuposto básico da proposta compreensiva de Max Weber, pois para esse sociólogo alemão a sociologia.

[...] seria uma ciência que pretende compreender interpretativamente a ação social e assim explicá-la causalmente em seu curso e em seus efeitos. Por ‘ação’ entende-se, neste caso, um comportamento humano sempre que e na medida em que o agente ou os agentes o relacionem com um sentido subjetivo (Weber, 1994, p. 3).

De maneira semelhante, os atores agiriam,

segundo a formulação parsoniana, a partir de uma orientação prévia diante das situações específicas. Tais orientações seriam sempre dirigidas a objetos, que o autor divide em três diferentes classes (Parsons, 1951, p. 4).

A primeira seria a dos objetos sociais, composta pelos atores, que poderiam ser qualquer outro ator individual (*alter*), o ator em si mesmo (*ego*), ou a coletividade, que é tratada como uma unidade para a análise da orientação.

A segunda classe seria composta pelos objetos físicos, que não interagem, são incapazes de responder ao *ego*, entretanto, são alvos de suas orientações. Em sentido estrito, esses objetos seriam os meios e condições necessárias à ação.

Por fim, existiriam os objetos culturais, ou seja, elementos simbólicos, idéias e crenças tratadas como objetos pelo *ego* e não internalizados como elemento constitutivo de sua personalidade.

Sendo assim, podemos identificar que a unidade elementar dos sistemas sociais são as ações orientadas dos indivíduos em relação a objetos específicos em uma dada situação. A partir da noção de estrutura, Parsons propõe que as motivações para as ações dos atores possuem diferentes causas ou referências básicas.

Neste sentido, é radicalmente afastada a noção de que as ações seriam motivadas exclusivamente por um sistema de necessidades-disposições, pois nos seres humanos as motivações extrapolariam esse limite biológico. As suas ações, portanto, não poderiam “[...] for purposes of the theory of action be analyzed in terms of the organic needs of the organism” (Parsons, 1951, p. 5).

As motivações e as ações seriam resultados do acumulado de experiências históricas dos atores com um tipo de situação específica. Por meio destas experiências cada ator desenvolveria um sistema de expectativas que poderia orientar suas ações futuras em situações semelhantes, sempre visando a maximização do rendimento dos recursos disponíveis (Parsons, 1951).

Quando esse indivíduo está em uma situação em que o objeto é o *alter* ou a coletividade, esse sistema de expectativas envolve também uma antecipação das possíveis reações do outro. Para que esse processo seja possível, entretanto, se faz necessária a existência de um complexo simbólico comum aos atores, pois só é possível prever uma ação futura de outro agente quando se sabe como ele pensa.

Com esses elementos, podemos apresentar neste momento uma definição mínima do que seria um sistema social:

a plurality of individual actors interacting with each other in a situation which has at least a physical or environmental aspect, actors who are motivated in terms of a tendency to the 'optimization of gratification' and whose relation to their situations, including each other, is defined and mediated in terms of a system of culturally structured and shared symbols (Parsons, 1951, p. 5-6).

De acordo com esse conceito, uma cultura comum seria requisito fundamental para o estabelecimento de um sistema de ação estável, mas essa unidade cultural não pode ser entendida como sinônimo de consciência coletiva, ao menos não nos termos colocados por Durkheim. Em Parsons, essa cultura não é capaz de explicar a ação dos atores de maneira isolada.

Ao invés de se limitar aos elementos culturais para explicar a origem das motivações, o autor identifica a existência de um sistema geral de ação e o decompõe em quatro subsistemas distintos: social, cultural, de personalidade e organismo comportamental (Parsons, 1974, p. 16).

O sistema social, que aparece como o principal componente desse sistema maior, já foi definido anteriormente. O cultural é composto pelos padrões de valores comuns aos atores que orientam seus comportamentos. O sistema de personalidades diz respeito diretamente aos elementos individuais que definem os objetivos das ações dos atores. Esse nível do sistema é o responsável por incorporar a tomada de decisões por parte dos indivíduos como variável relevante na explicação geral. Finalmente, o organismo comportamental está relacionado às disposições e habilidades necessárias à ação.

Além de serem compostos por elementos distintos, esses níveis do sistema de ação desempenham funções distintas no complexo social.

O sistema social é responsável pela necessária integração, uma vez que é composto pela interação entre os agentes. Não se trata de algo simples, pois é preciso lembrar que esses agentes são ao mesmo tempo atores e objetos de orientação e que tomam parte de diferentes interações, em diferentes situações.

Além disso, a integração se torna ainda mais complexa pelo fato de cada um desses indivíduos serem também organismos que possuem desejos e disposições que influenciam diretamente suas práticas. Possuem também personalidades próprias que os levam a enfatizarem e valorizarem de maneira diferente os mesmos objetos envolvidos em uma dada situação. E, por fim, compartilham um sistema cultural que estabelece padrões de valores com poder de imposição.

Em síntese, é no sistema social que ocorre a

integração entre todos os demais subsistemas de ação. Sobre a relação entre cada um destes níveis, Parsons alerta que cada um deve ser tratado como independente na análise, ainda que na composição do sistema de ação social eles se integrem (Parsons, 1969).

Esta noção de independência é muito importante para a estabilidade do sistema geral, pois é preciso que exista um equilíbrio entre a liberdade das personalidades, os desejos e aptidões dos organismos e a padronização cultural. A quebra deste equilíbrio implica a desestruturação social pela preponderância de um destes níveis sobre os outros.

Interações realmente produtivas, que geram sociedades estáveis, são aquelas que conseguem promover esse equilíbrio, controlando os impulsos individuais sem, no entanto, impedir que a necessária autonomia dos agentes se manifeste. Um sistema cultural integrador deve se impor aos atores, porém, sem destituí-los do poder de decisão.

Mas, o respeito a certa dose de autonomia individual não implica na perda de ordenação. Neste sentido, a segunda função abordada pelo autor é a de manutenção de padrão, desempenhada pelo sistema cultural via estabelecimento de modelos de orientações em relação ao sistema de ação, o mundo físico, os organismos, personalidades e sistemas sociais.

Esse sistema é responsável pela imposição dos direitos e proibições, determinando o que é correto e incorreto em uma sociedade. Desta forma, está ligada à necessária legitimação de uma ordem social que regula as interações por meio do fornecimento de alternativas que tomam a forma de padrões de valores e atitudes que se adaptam a determinadas situações, funcionando como soluções satisfatórias para os problemas (Parsons, 1969, p. 24-25).

É importante destacar que apesar de fornecer essas orientações, o sistema cultural não determina a ação, pois os atores agem influenciados pelas determinações originadas nos outros três sistemas (social, de personalidade e organismo comportamental).

A terceira função é a da realização dos objetivos, que se refere à relação entre o sistema social e o sistema de personalidades individuais. Essa função, para ser executada adequadamente, pressupõe o aprendizado e a manutenção por parte dos atores de motivações adequadas ao padrão de ações existentes no sistema social.

Isso implica em um contínuo procedimento de valorização e controle sobre as ações individuais. Quando o indivíduo age positivamente diante de uma situação, a sua atuação é valorizada por um

sistema de recompensas que o incentiva a continuar adotando essa conduta. De maneira inversa, quando as motivações e ações não são adequadas para a estabilidade do sistema social, algum controle sobre a personalidade deve ser exercido (Parsons, 1951).

Esse processo de aprendizado ocorre por toda a vida do indivíduo por meio de um complexo processo de socialização que resulta na construção dos indivíduos como membros da sociedade. Entretanto, como toda socialização, essa formação não é total e estática, de modo que as personalidades individuais, apesar de possuírem uma base comum, se distinguem em vários aspectos.

A última função é a de adaptação e diz respeito às condições necessárias ao exercício das ações sociais por parte dos indivíduos. Neste momento, entram em cena os elementos básicos que possibilitam a vida e as condições de interação, como a alimentação, o abrigo e outras condições físicas, mas também as habilidades cognitivas indispensáveis.

As quatro funções desempenhadas pelo conjunto dos subsistemas que descrevemos é que configuram o complexo de determinações que agem sobre a ação social que são as unidades básicas das sociedades. Dentre essas determinações, um espaço significativo é reservado para a iniciativa dos agentes, pois o sistema de personalidades e os organismos são componentes independentes e fundamentais ao sistema da ação.

É esta multidimensionalidade da sociologia parsoniana que nos leva a considerar a sua proposta, apesar do conservadorismo, mais compatível com o contexto da democracia liberal emergente no pós-guerra. Neste sentido, apresenta uma novidade incontestável em relação às abordagens funcionalistas clássicas.

Considerações finais

Nosso objetivo neste trabalho foi explorar uma suposta valorização da iniciativa e autonomia dos atores sociais presente no modelo teórico parsoniano. Esperamos ter demonstrado que, na medida em que pressupõem uma multicausalidade na configuração das ações sociais, essa sociologia se distancia das perspectivas funcionalistas clássicas ao incorporar uma relativa liberdade individual em suas análises.

Não foi nossa intenção questionar as correntes interpretações acerca do caráter conservador desse teórico. Na verdade, concordamos com a crítica de Gouldner (1971), segundo o qual o homem no modelo parsoniano seria livre para buscar, apesar de muitas vezes não conseguir alcançar aquilo que deseja.

Tal concordância, todavia, não nos impede de empreender uma análise comparativa entre essa teoria e as abordagens funcionalistas clássicas européias e concluir que, de fato, a ação voluntária assumiu uma importância significativamente maior em Parsons.

Referências

- ADORNO, T.W.; HORKHEIMER, M. Conceito de esclarecimento. In: *Adorno*. Coleção "Os Pensadores". São Paulo: Abril Cultural, 1999.
- ARON, R. *As etapas do pensamento sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 1982.
- DURKHEIM, D.E. Da divisão do trabalho social. In: DURKHEIM, D.E. (Ed.). *Coleção "Os Pensadores"*. São Paulo: Abril Cultural, 1973.
- GOULDNER, A.W. *The coming crisis of western sociology*. New York: Equinox Book, 1971.
- HOBBSBAWN, E.J. *A Era dos extremos: o breve século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- MAYHEN, L.H. *Talcott parsons: on institutions and social evolution*. Chicago: The University of Chicago Press, 1982.
- PARSONS, T. *The social system*. Glencoe: The Free Press, 1951.
- PARSONS, T. *Sociedades: perspectivas evolutivas e comparativas*. São Paulo: Pioneira, 1969.
- PARSONS, T. *O sistema das sociedades modernas*. São Paulo: Pioneira, 1974.
- PRZEWORSKI, A. *Capitalismo e social-democracia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- ROCHER, G. *Talcott parsons e a sociologia americana*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.
- WEBER, M. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: Ed. Unb, 1994.

Received on April 03, 2006.

Accepted on June 30, 2006.